TERMO DE REFERÊNCIA VISA ORIENTAR NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL (RCA) E PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA) PARA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL (Escolas, Centros de Pesquisa, Ginásios de Esportes, Supermercados, Shopping Centers, outros)- MÉDIO PORTE

DIRETRIZ GERAL

Este Termo de Referência visa orientar na elaboração de Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA) para construção Shopping Center a ser apresentado pelo empreendedor ao NATURATINS, para instruir processos de licenciamento, que se enquadram na Resolução CONAMA n.º 273/2000, bem como na Resolução COEMA n.º 007/2005. O estudo ambiental (RCA/PCA) deverá ser elaborado por equipe técnica habilitada e credenciada junto ao NATURATINS, devendo constar no documento: nome, assinatura, registro no respectivo Conselho Profissional e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). O mesmo constituir-se-á das informações obtidas a partir de levantamento e/ou estudos realizados para elaboração do projeto. De acordo com as características e a localização da Construção Civil, o NATURATINS poderá solicitar as informações complementares que julgar necessárias para avaliação da proposta, bem como dispensar do atendimento às exigências constantes neste documento que a seu critério, não sejam aplicáveis.

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RCA

1. Informações Gerais

1.1. Identificação do empreendedor:
- Nome ou razão social e endereço completo para correspondência;
- CNPJ;
- Telefone para contato e endereço eletrônico.

1.2. Identificação do técnico ou empresa responsável pelo estudo:
- Nome ou razão social e endereço completo para correspondência;
- CPF ou CNPJ e RG ou Inscrição Estadual;
- Número do Registro Profissional no Conselho Regional;
- Número do Cadastro junto ao NATURATINS;
- Telefone para contato e endereço eletrônico.
- Assinatura original de todos os membros da equipe técnica responsável pelo estudo. **Obs:** No caso de pessoa física, identificar cada um dos membros da equipe.

1.3. Histórico do empreendimento.

1.4. Objetivos econômicos e sociais do empreendimento e sua justificativa.

2. Caracterização geral do empreendimento

- Nome do empreendimento, área total da gleba e área construída.
- Descrição detalhada do local com indicação de suas coordenadas geográficas, seu(s) acesso(s), limites e confrontações.
- Apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme o artigo nº 37 da Lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), contemplando os aspectos positivos e negativos do empreendimento quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: I – adensamento populacional, II – equipamentos urbanos e comunitários, III – uso e ocupação do solo, IV – valorização imobiliária, V – geração de tráfego e demanda de transporte público, VI – ventilação e iluminação, VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural. Apresentar memorial fotográfico que comprove as observações.
- Justificativa urbanística e ambiental da localização do empreendimento.

3. Caracterização do estudo ambiental

- Detalhamento do método e técnicas escolhidas para a condução do estudo ambiental. Passos metodológicos que conduziram ao diagnóstico, ao prognóstico e aos recursos tecnológicos e financeiros para mitigar ou potencializar os impactos ambientais, às medidas de controle e monitoramento dos impactos.
- Definição das alternativas tecnológicas e locacionais.

4. Áreas de influência do empreendimento

4.1. Delimitação da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento:

- Recursos naturais diretamente afetados pelo empreendimento, considerando a bacia hidrográfica onde se localiza. Apresentação dos critérios ecológicos, sociais e econômicos que determinaram a sua delimitação, considerando-se cada fator natural (*).

4.2. Delimitação da Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento:

- Área que sofrerá impactos indiretos decorrentes e associados, sob a forma de interferências nas suas inter-relações ecológicas, sociais e econômicas, anteriores ao empreendimento. Apresentação dos critérios ecológicos, sociais e econômicos que determinaram a sua delimitação, considerando-se cada fator natural (*).

  (*) fatores naturais: solos, águas superficiais e subterrâneas, atmosfera, vegetação/flora; componentes culturais, econômicos e sócio-político da intervenção proposta.

5. Diagnóstico Ambiental da Área de Influência do empreendimento

Descrição e análise da qualidade ambiental, antes da implantação do empreendimento, considerando-se os meios físico, biótico e sócio-econômico, salientando-se de forma sucinta os seguintes aspectos:

- Meio físico: recursos hídricos; clima e condições meteorológicas locais; aspectos da geologia local, geomorfologia, pedologia com caracterização dos solos quanto à sua erodibilidade.
- Meio biótico: caracterização e quantificação da vegetação/flora, enfatizando as formações vegetais de destaque, as APP's e as Unidades de Conservação, se houver. Levantamento da fauna existente, considerando-se os diferentes ambientes da área.
- Meio sócio-econômico: condições sociais e econômicas da população do município, suas principais atividades econômicas, saneamento básico, equipamentos urbanos, sistema viário e de transportes, uso e ocupação do solo em seu entorno.
- Ilustração, por meio de fotos, dos aspectos gerais da área em questão, bem como das características particulares, eventualmente relevantes ao resultado do estudo.
- Mapas temáticos da gleba, em escala compatível, contendo todos os elementos e convenções cartográficas, enfocando todos os aspectos naturais da área envolvida (pedológico, climatológico, geomorfológico, hidrológico, etc.).

6. Descrição do empreendimento e cartografia

Descrição do empreendimento proposto com projetos e demais documentos necessários à análise ambiental, possibilitando analisar-se a alternativa técnica adotada, principalmente do ponto de vista ambiental e sócio-econômico. Apresentar também:

- ✓ Qualificação e dimensão das áreas que terão sua vegetação suprimida.
- ✓ Sistema de drenagem pluvial a ser adotado, identificando os pontos coletores, caixas de inspeção, caixas de sedimentação, os dispositivos destinados à dissipação de energia e o ponto de lançamento.
- ✓ Sistemas de saneamento básico a serem adotados, destacando-se:
  - Solução para o suprimento de água potável, conforme a demanda do empreendimento.

- Solução para tratamento do esgoto sanitário a ser gerado no empreendimento, sendo exigida a apresentação dos projetos com respectiva ART. Cabe salientar que caso seja sugerida a implantação de sistemas abaixo do nível do terreno, será necessária a apresentação de Laudo Hidrogeológico da área com respectiva ART.
- Solução adequada para a disposição final dos resíduos sólidos.

✓ Planta de uso do solo da gleba e de seu entorno imediato, com delimitação da área do empreendimento e indicação dos cursos d'água e áreas úmidas, da vegetação, dos ambientes florestais, das áreas de preservação permanente, do sistema viário existente e das áreas ocupadas.

✓ Projeto arquitetônico do empreendimento com respectiva ART.

✓ Mapa de declividade do terreno, identificando os intervalos 0 a 30%, acima de 30% e acima de 100%.

7. Prognóstico dos impactos ambientais causados pelo empreendimento

Identificação e análise dos efeitos ambientais potenciais (positivos e negativos) do projeto proposto, através da integração dos resultados da análise dos meios físico, biológico e sócio-econômico. A AIA deverá abranger as fases de planejamento, execução de obras e ocupação.

8. Instalação do empreendimento

Cronograma preliminar de implantação do empreendimento, compatível com o desenvolvimento dos projetos ambientais do Plano de Controle Ambiental, identificando-se as possíveis etapas de execução destas obras e prováveis ampliações. Incluir no cronograma as obras civis e de instalação de infraestrutura. Apresentar também:

- Descrição das ações de remoção da fauna e vegetação, limpeza do terreno e movimento de terra.
- Caracterização, localização e dimensionamento do canteiro de obras.
- Descrição dos equipamentos, mão-de-obra e técnicas construtivas a serem utilizadas na implantação do empreendimento. Meios de manutenção das máquinas e equipamentos.
- Descrição das ações voltadas ao controle dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos gerados durante a execução das obras.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) A área onde se pretende implantar o empreendimento não deverá ser alterada de suas condições originais durante toda a fase de licenciamento prévio;

b) Toda a documentação técnica apresentada para o licenciamento ambiental deverá conter o nome legível do responsável técnico e estar por ele assinada;

c) Todas as plantas, projetos e estudos ambientais apresentados deverão estar acompanhados das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), devidamente registradas nos respectivos conselhos de classe, e conter o nome legível, o número do registro no conselho de classe e a assinatura dos profissionais responsáveis pela elaboração desses documentos. As plantas deverão ser entregues dobradas no formato A4, não sendo aceitos desenhos esquemáticos feitos a mão livre;

d) Os estudos ambientais, sempre que solicitados, deverão ser apresentados em meio digital e em meio impresso, este contendo o nome legível e a assinatura de toda a equipe técnica responsável por sua elaboração. Como medida de segurança, sugere-se ao coordenador da equipe rubricar todas as páginas do relatório apresentado;

e) Os documentos apresentados em forma de fotocópia deverão estar autenticados ou ser acompanhados do documento original, para simples conferência;

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA)

Empreendimento: **Construção Civil (Escolas, Centros de Pesquisa, Ginásios de Esportes, Supermercados, Shopping Centers, outros).**

1. Informações Gerais

1.1. Identificação do empreendedor:

- Nome ou razão social e endereço completo para correspondência;
- CNPJ;
- Telefone para contato e endereço eletrônico.

1.2. Identificação do técnico ou empresa responsável pelo estudo:

- Nome ou razão social e endereço completo para correspondência;
- CPF ou CNPJ e RG ou Inscrição Estadual;
- Número do Registro Profissional no Conselho Regional;
- Número do Cadastro junto ao NATURATINS;
- Telefone para contato e endereço eletrônico.
- Assinatura original de todos os membros da equipe técnica responsável pelo estudo.

2. Controle ambiental do empreendimento

✓ Análise, seleção e detalhamento das medidas efetivas de mitigação ou de anulação dos impactos negativos e de potencialização dos impactos positivos, além de medidas compensatórias ou reparatórias, considerando-se os danos potenciais sobre os fatores naturais e sobre os ambientes econômicos, culturais e sócio-políticos, em cada fase do empreendimento, com destaque para os seguintes aspectos:

- Ruídos;
- Efluentes líquidos;
- Resíduos sólidos;
- Drenagem pluvial;
- Contenção de encostas/aterros, se for o caso;
- Preservação do patrimônio cultural, natural e paisagístico, se for o caso.

✓ Elaboração de Programa de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos (positivos e negativos), com indicação dos fatores e parâmetros considerados, apresentando, entre outros:

- ✓ Plano de avaliação das obras de drenagem pluvial.
- ✓ Plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- ✓ Plano de monitoramento e manutenção do sistema de tratamento de efluentes.
- ✓ Programa de Comunicação Social.

3. Cronograma de Execução

Apresentar cronograma detalhado de todas as etapas de implantação do empreendimento e das medidas de mitigação/potencialização propostas, com indicação do período de execução das mesmas.